

continuação



MEDABIL INDUSTRIA EM SISTEMAS CONSTRUTIVOS S/A

CNPJ 94.638.392/0001-62
(EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)



A Companhia tem diversas ações com probabilidade de perda considerada como possível por seus assessores, todas relacionadas aos valores inclusos no programa de recuperação judicial, e todos já contabilizados pelos montantes contratuais e divulgados nas demonstrações financeiras. Não há outros processos com perdas consideradas possíveis de valores relevantes.

22. Empréstimos com partes relacionadas
Os principais saldos de ativos e passivos, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativos a operações com partes relacionadas decorrentes de transações entre as empresas do grupo e/ou acionistas estão abaixo relacionadas:

	2023	Juros	Reclassificado*	2024
Lourdes Bilibio	5.008	-	(5.008)	-
Debida	248	6	(254)	-
Mextrema Montagens e Empr. Imob.	(495)	-	495	-
Cesar Bilibio	15.741	-	(15.741)	-
Lires Bilibio	850	-	(850)	-
Marcia Bilibio	12.265	-	(12.265)	-
L&C Participações Ltda	468	14	(482)	-
Tecnoforte Construtora e Incor. Capital	301	7	(308)	-
Total	34.386	28	(34.414)	-

* Reclassificado para a conta de credores concursais, por estarem inclusas no plano de recuperação judicial. Vide Nota 16.

23. Patrimônio líquido
a) Capital social e direitos das ações
Em 31 de dezembro de 2024, o capital social da Companhia é de R\$ 173.904, dividido em 173.904 (cento e setenta e três, novecentos e quatro mil) de ações, ordinárias, nominativas e sem valor nominal, cada uma com direito a um voto nas Assembleias Gerais de Acionistas.
b) Dividendos
Os acionistas têm direito a receber, em cada exercício, um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado. Nos últimos anos a Companhia não apresentou lucros a serem distribuídos.
c) Incentivos fiscais
O saldo refere-se aos benefícios recebidos do Fundopem - Fundo Operação Empresa para investimentos industriais e geração de empregos, R\$1.630, e benefícios do PDTI (Programa de Desenvolvimento Tecnológico Industrial) para investimento na sua modernização tecnológica, R\$265.
d) Ajustes de avaliação patrimonial
Constituída em decorrência da opção pela adoção do custo atribuído (*deemed cost*) que ajustou os saldos de abertura dos bens do ativo imobilizado na data de transição em 1º de janeiro de 2009 com base em laudo de avaliação elaborado por peritos avaliadores independentes. O imposto de renda e a contribuição social diferidos correspondentes estão classificados no passivo não circulante. O ajuste do custo atribuído registrado na reserva de ajuste de avaliação patrimonial está sendo realizado por depreciação ou baixa dos bens reavaliados contra lucros acumulados, líquida dos impostos diferidos.
e) Reserva legal
É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social

24. Receita operacional líquida
Abertura dos custos e despesas de acordo com a sua natureza.

	2024	2023
Vendas de produtos e serviços	208.164	527.994
Impostos sobre vendas	(15.084)	(74.615)
Devoluções e abatimentos de vendas	(1.583)	(17.918)
Receita operacional líquida	191.497	435.461

25. Custos e despesas por natureza
Conforme requerido pelo CPC 26 e o IAS 1, está apresentado a seguir, o detalhamento da demonstração do resultado por natureza:

	2024	2023
Custos dos produtos e serviços vendidos	145.138	340.840
Despesas com vendas	13.132	29.385
despesas gerais e administrativas	38.268	28.393
	196.538	398.618
Salários e encargos sociais	51.485	82.660
Serviços prestados por terceiros	17.356	37.462
Frete sobre vendas	4.494	18.547
Viagens	2.947	5.459
Comerciais	251	132
Materiais consumidos	97.208	224.991
Manutenção	2.354	7.312
Utilidades	5.112	8.581
Depreciação e amortização	4.895	6.260
Outros	10.436	7.214
	196.538	398.618

26. Outras receitas (despesas) operacionais

	2024	2023
Créditos fiscais	-	5.599
Outras despesas jurídicas	(399)	(6.514)
Reversão/baixa de títulos	-	(2.294)
Alienação bens permanentes	67	(50)
Impairment de ágio (Nota 13)	(51.250)	-
Remensuração de ativos mantidos para venda (Nota 11)	(19.552)	-
Outras receitas (despesas)	(4.172)	5.265
	(75.306)	2.006

27. Resultado financeiro

	2024	2023
Receitas sobre aplicações financeiras	115	1.054
Juros de descontos auferidos	(45)	445
Total de receitas financeiras	70	1.499
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(14.105)	(37.139)
Juros e descontos concedidos	-	(20.228)
Juros liquidados	(10.520)	(34.196)
Outros	(2.902)	(8.056)
Total de despesas financeiras	(27.527)	(99.619)
Variação cambial receita	5.350	29.217
Total variação cambial despesa	(13.853)	(18.264)
Total variação cambial líquida	(8.503)	10.953
Resultado financeiro, líquido	(35.960)	(87.167)

28. Gestão de riscos financeiros
Considerações gerais e políticas
A Companhia contrata operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, com o objetivo de reduzir sua exposição a riscos de moeda e de taxa de juros, bem como de manter sua capacidade de investimentos e estratégia de crescimento. A administração dos riscos e a gestão dos instrumentos financeiros são realizadas por meio de políticas, definição de estratégias e implementação de sistemas de controle, os quais estabelecem limites e alocação de recursos em instituições financeiras. Os procedimentos de tesouraria definidos pela política vigente incluem rotinas mensais de projeção e avaliação da Companhia, sobre as quais se baseiam as decisões tomadas pela administração. A política de aplicações financeiras estabelecida pela administração da Companhia elege as instituições financeiras com as quais os contratos podem ser celebrados, além de definir limites quanto aos percentuais de alocação de recursos e valores absolutos a serem aplicados em cada uma delas.

Fatores de riscos financeiros
As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. A gestão de risco é realizada pela administração da Companhia. A administração identifica, avalia e protege a mesma contra eventuais riscos financeiros. A administração estabelece princípios para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, risco de taxa de juros, risco de crédito e investimento de excedentes de caixa. Não houve nenhuma alteração substancial na exposição aos riscos de instrumentos financeiros da Companhia, seus objetivos, políticas e processos para a gestão desses riscos ou os métodos utilizados para mensurá-los a partir de períodos anteriores. Parte dos instrumentos de dívida foram incluídos em programa de recuperação judicial, contabilmente foram mantidos os valores contratuais atualizados até a data do pedido.

Risco de mercado
Risco de Crédito
O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de créditos a clientes, incluindo contas a receber em aberto. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pela diretoria executiva. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente. Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes.

Risco de Liquidez
A previsão de fluxo de caixa é realizada pelo departamento de Finanças. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Em função das análises de liquidez, a Administração recomendou aos acionistas o pedido de recuperação judicial mencionado na Nota 1.1. A Companhia leva em consideração os aspectos inerentes ao processo de recuperação judicial na gestão de suas linhas de crédito disponíveis e na gestão de seu fluxo de caixa. A administração investe o excesso de caixa em contas de aplicação financeira com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

29. Cobertura de seguros
A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes. Os contratos de seguros foram firmados com a seguinte Companhia:

	Cobertura	Seguradora
Indenização a terceiros	10.000.000	Seguro RCG Geral – YLM Seguros
Obras	5.000.000	Seguro RCG Obras - Ezze Seguros S/A

Adicionalmente, a Companhia possui seguro patrimonial com a Seguradora Mapfre Seguros Gerais S.A., onde o valor em risco é no montante de R\$ 211.176, com limite máximo de garantia de R\$ 137.473. A Companhia também contrata seguros para as obras em conformidade com o respectivo tempo de execução.

30. Transações não caixa
As transações realizadas no exercício e que não afetaram caixa estão abaixo descritas:

	2024	2023
Reclassificação de propriedade para investimentos para imobilizado	(25.622)	-
Reclassificação de bens mantidos para venda para imobilizado	(51.993)	-
Imobilizado reclassificado de propriedades e bens mantidos para venda	77.615	-
Reclassificação de fornecedores para credores concursais	104.266	-
Reclassificação de adiantamentos de clientes para credores concursais	77.439	-
Reclassificação de empréstimos (cédula de crédito) para credores concursais	199.574	-
Reclassificação de empréstimos (capital de giro) para credores concursais	74.807	-
Reclassificação de partes relacionadas para credores concursais	34.414	-
Constituição de credores concursais	(490.500)	-

Helio Siqueira
Diretor- Presidente

Alexsandro Correia de Resende
Contador
CRC/RS 06875709

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMOSTRAÇÕES FINANCEIRAS				
Aos Administradores e Acionistas da Medabil Indústria em Sistemas Construtivos S/A. – Em Recuperação Judicial Nova Bassano - RS				
Opinião com ressalvas por limitação de escopo sobre as demonstrações financeiras Examinamos as demonstrações financeiras da Medabil Indústria em Sistemas Construtivos S/A. - Em Recuperação Judicial ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, de resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos na seção intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes a posição patrimonial e financeira da Medabil Indústria em Sistemas Construtivos S/A. - Em Recuperação Judicial, em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.				
Base para opinião com ressalva Impostos a recuperar Conforme descrito na nota explicativa nº 07, a Companhia tem registrado em seus ativos os valores de R\$ 28.004 mil e R\$ 39.939 mil referentes aos impostos a recuperar a curto e longo prazo, respectivamente. Devido à ausência que permitam identificar a origem e existência dos ativos, forma e prazo de realização, não nos foi possível concluir sobre a necessidade ou não de registrar ajustes no conjunto de impostos a recuperar.				
Obrigações fiscais Devido à ausência que permitam identificar a origem e existência dos passivos, forma e prazo de liquidação das obrigações fiscais, que totalizavam em 31/12/2024 R\$ 68.825 mil, não nos foi possível concluir sobre a exatidão dos saldos.				
Ênfase Continuidade operacional A Companhia vinha apresentando prejuízos significativos em suas operações, muito afetado pelos altos custos com capital de terceiros, prejudicando o fluxo de caixa interno e interferindo na sua continuidade operacional. Assim sendo, iniciou-se um plano de recuperação judicial conforme comentado na Nota Explicativa nº 1.1 As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia e não incluem quaisquer ajustes ou ressalvas originadas destas incertezas. Conforme mencionado na nota explicativa 1.1, em 28/03/2024 foi deferido pela 01ª Vara Cível da Comarca de Porto Alegre o pedido de recuperação judicial da Companhia. Em 2024, a Administração apresentou o plano de recuperação judicial que se encontra em fase de avaliação com os credores e stakeholders e cuja implementação depende da aprovação em Assembleia Geral de Credores. Chamamos a atenção para o fato que a continuidade operacional da Companhia está diretamente relacionada à aprovação do plano de recuperação judicial pela Assembleia Geral de Credores. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.				
Outros assuntos Outras informação que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.				
Porto Alegre, 18 de agosto de 2025.				
		Crowe Consult Auditores e Consultores Associados CRC RS009034/O		
João Henrique Sperling Lubisco Contador – CRC-RS 067.188/O-8		Rafael Ferrari Contador – CRC-RS 065.901/O-0		